

## Efraim diz a vereadores que MPs prejudicam ação do Congresso

O excesso de medidas provisórias editadas pelo Executivo atrapalha as votações do Congresso, afetando também os municípios, segundo disse ontem o 1º secretário do Sena-

do, Efraim Morais. Ele destacou ainda que é compromisso seu e do presidente do Senado, Renan Calheiros, levar os benefícios do programa Interlegis a todas as cidades. **Página 5**



Efraim (3º à dir.) fala no fórum de vereadores, evento paralelo à 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.570 – Brasília, quinta-feira, 12 de abril de 2007



Lula se reúne com peemedebistas na residência oficial do presidente do Senado

## Renan: encontro com Lula resgata papel do PMDB

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o jantar realizado ontem à noite com o presidente Lula, parlamentares e governadores do PMDB, resgata o papel do partido como

esteio da governabilidade. Já Lula afirmou que o encontro faz parte de uma série que pretende manter com partidos da base aliada, e também da oposição, para encaminhar alianças programáticas.

## Exame obrigatório no SUS para detecção precoce de doenças

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que obriga a realização de exames para detecção precoce de condições patológicas e ações de proteção à saúde de portadores de hemoglobinopatias, fenilcetonúria e hipotireoidismo. **Página 8**

## Governo anuncia logo decisão sobre usina de Angra 3

A decisão do governo sobre eventual retomada da construção da usina nuclear de Angra 3 será divulgada nas próximas semanas. Essa informação foi dada ontem pelo ministro de Minas e Energia, Sergio Rezende, em debate no Senado. **Página 2**

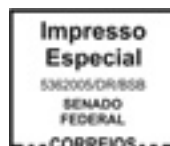
## Avança a votação do pacote antiviolação

CCJ aprova projeto que condiciona liberdade provisória ao pagamento de fiança. Reunião de quarta-feira concluirá exame de medidas em favor da paz

A proposta de Demostenes Torres aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça estabelece que o preso somente obterá liberdade provisória mediante o pagamento de fiança, determinada pelo juiz. Os senadores da comissão decidiram que a reunião da próxima quarta-feira será destinada exclusivamente à votação dos projetos restantes do pacote contra a violência. A CCJ acolheu ontem outras propostas, como a que permite o uso de películas mais escuras em veículos. **Página 7**



Demostenes (D) conversa com Aloizio Mercadante (em pé) e Edison Lobão





Governo deve anunciar nos próximos dias o que fará com a usina nuclear de Angra 3, segundo informou em comissão do Senado o titular do Ministério de Ciência e Tecnologia

## Opção pela energia nuclear se fortalece no mundo, diz ministro

A decisão governamental sobre uma eventual retomada da construção da usina nuclear de Angra 3 será divulgada nas próximas semanas, juntamente com o plano decenal de geração de energia nuclear, segundo anunciou o ministro de Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende, em audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizada ontem. Marcelo Crivella (PRB-RJ), vice-presidente da CCT, presidiu a reunião. Para Rezende, a opção pela energia nuclear tem-se fortalecido no mundo ao longo dos últimos anos.

– A energia de origem nuclear pode ser considerada mais benéfica no que diz respeito ao aquecimento global. Além disso, não foram registrados acidentes em usinas nucleares nos últimos 20 anos, e os geradores de terceira geração deverão resolver o problema dos rejeitos nucleares – disse.



Rezende (E) e Crivella compõem a mesa em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ter sido surpreendida pela publicação de notícia segundo a qual uma nova usina termelétrica, a ser construída em São Luís, utilizaria apenas carvão mineral importado. Com o apoio de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), ela defendeu a utilização, pela usina, do carvão produzido no sul do Brasil.

Em sua exposição, Rezende anunciou que pretende popularizar a ciência. Valdir Raupp (PMDB-RO) o aconselhou a também “popularizar o ministério, cujo trabalho ainda é desconhecido da população”.

### Prioridades

A aproximação com o setor privado e a consolidação do marco legal da tecnologia estão entre as prioridades para os próximos quatro anos anunciadas por Sergio Rezende.

Um dos presentes à audiência, o senador Flávio Arns (PT-PR) demonstrou preocupação com o contingenciamento dos recursos dos fundos setoriais de pesquisa. Rezende observou que R\$ 1,4 bilhão serão liberados aos fundos neste ano e que, atualmente, o Brasil dedica 1,3% de seu produto interno bruto (PIB) à pesquisa.

Cárlos Vaz

Cezar M. Magalhães



O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) lançou ontem à noite o livro Foto de uma conversa – Celso Furtado e Cristovam Buarque. O evento, no Empório Tradição, em Brasília, contou com a participação do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia. A publicação registra uma conversa mantida em Paris, em março de 1991, entre o então reitor da Universidade de Brasília (UnB), Cristovam Buarque, e o idealizador da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Pauta do Plenário trancada

A sessão, às 14h, tem a pauta trancada por medidas provisórias e projetos de lei da Câmara que tramitam em regime de urgência. O primeiro

item a ser analisado é a MP que abre crédito extraordinário em favor dos ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades.

### Alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) tem em pauta cinco projetos. O primeiro é o que prevê alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), a fim de vedar a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos

que digam respeito a menores. Será votado ainda o projeto que indeniza por dano moral os portadores de deficiência física conhecida como síndrome de Talidomida. Essas propostas serão deliberadas após a reunião da Subcomissão do Idoso.

### Audiência conjunta sobre o sistema aéreo

As comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores (CRE) reúnem-se às 10h para debater os problemas enfrentados pelo sistema aeroviário brasileiro. Estão convidados para o

encontro, entre outros, o ministro da Defesa, Waldir Pires; o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito; o presidente da Infraero, José Carlos Pereira; e o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação (Anac), Milton Zuanazzi.

### Habitação popular

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) reúne-se às 11h para analisar três projetos. O primeiro item da pauta é o que prevê mudanças no Programa Especial de Habitação Popular, propondo instrumentos para operacionalizar a iniciativa e aumentar a oferta de habitações para a população de menor poder aquisitivo.



### Subcomissão do Idoso elege dirigentes

A Subcomissão Permanente do Idoso, da Comissão de Direitos Humanos (CDH), reúne-se às 9h para

instalar os seus trabalhos e eleger o presidente e o vice-presidente para o biênio 2007/2008.

### Municípios

A Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), será instalada às 14h e em seguida elege o presidente e o vice do colegiado.

### Reforma tributária

Às 12h, ocorrerá a instalação dos trabalhos e eleição do presidente e do vice-presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Mão Santa, Tião Viana, Efraim Morais, Romeu Tuma, Valdir Raupp e Gilvam Borges



## Educação é caminho obrigatório para desenvolvimento, diz Marconi

O Congresso começará a discutir em breve o Plano de Desenvolvimento da Educação proposto pelo Executivo, lembrou Marconi Perillo (PSDB-GO). O senador defendeu um projeto de educação para o Brasil que “transcenda ideologias e convicções”, levando em consideração o fato de que “não há caminho para o desenvolvimento sem educação”.

Marconi citou pronunciamento de Rui Barbosa em 1870, da tribuna do Senado, em que este dizia que nunca se devem lamentar os gastos efetuados de maneira proveitosa com instrução. “É um empréstimo feito ao futuro que será pago com usura, cujos juros crescerão em proporção indefinida”, disse Rui. O senador mencionou o desempenho de países como Coréia do Sul, Espanha e Irlanda, que viram na educação um dos principais motores do desenvolvimento econômico. Ele lembrou, por outro lado, o caso do Brasil, onde cresce a violência, conseqüência, em sua opinião, do descaso com que é tratado no país o futuro das crianças, “privadas de uma educação de qualidade”.

O senador fez um diagnóstico da situação do país dizendo que a escola brasileira nem sequer é capaz de tirar o estudante da condição de analfabeto funcional.



**Marconi: não há futuro para um país que não investe na formação dos seus jovens**

Ele citou dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2003 segundo os quais apenas 5% dos alunos tiveram desempenho adequado. Esse fato, argumentou, resulta em adultos incapazes de lidar com as mais novas tecnologias e sem chance de empregabilidade.

Marconi afirmou que é difícil pensar em futuro e visualizar o Brasil numa perspectiva de 50 anos sem investimentos em educação. Ele defendeu a melhoria da remuneração dos professores, escolas com estrutura adequada ao ensino, e, se necessária, a federalização da educação de base.

– Se não fizermos isso, estaremos condenados à estagnação econômica e às trevas da ignorância digital – afirmou.

## Para Suplicy, renda básica de cidadania diminuiria a violência

Caso a renda básica de cidadania fosse implementada no Brasil, a violência seria menor, garantiu Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador afirmou que pretende dialogar com o presidente Lula sobre o assunto.

– Isso representará, na minha avaliação, termos menor grau de violência, assaltos, roubos, assassinatos – disse.

A Lei 10.835/04 – resultado de projeto de Suplicy – criou a renda básica incondicional ou renda de cidadania, mas ainda carece de regulamentação.

O senador informou também que visitará alguns municípios do Acre a partir de hoje para proferir palestras sobre o assunto, a convite da Assembléia Legislativa do estado.

Suplicy aproveitou para elogiar o pronunciamento feito ontem por Pedro Simon (PMDB-RS), que criticou a banalização da violência nos meios de comunicação brasileiros, principalmente nos canais televisivos. Para Suplicy, a televisão deve transmitir também

“fatos positivos” e histórias de “brasileiros que tenham honrado a nação brasileira, pessoas como o senador Simon”.

O senador fez ainda um apelo para a Câmara apreciar e votar a PEC 24/99, de autoria do então senador Lúcio Alcântara, já aprovada no Senado, que “denota um anseio, hoje, de 300 mil crianças filhas de pais e mães brasileiros que vivem no exterior – muitas vezes por atribuições de trabalho – e estão impedidas de se tornar brasileiras natas”.



**Suplicy pede aprovação de PEC sobre filhos de brasileiros que vivem no exterior**

Presidente do Senado recebe reivindicações de representantes do movimento Ação Empresarial: crescimento com qualidade, segurança e de modo sustentável

## Renan defende convergência nas ações do Senado e da Câmara

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu, na manhã de ontem, do empresário Jorge Gerdau Johannpeter e de outros dirigentes do movimento Ação Empresarial a Agenda de Princípios para o Brasil – documento que representa a visão do empresariado sobre o que é prioritário para o país voltar a crescer. Renan observou, no encontro, que o processo legislativo precisa ser organizado de forma que as votações em uma Casa do Congresso produzam conseqüência na outra, até porque o crescimento, conforme salientou, tem a ver com isso.

Jorge Gerdau teceu várias considerações sobre a necessidade de se reinserir economicamente o Brasil. Ele destacou que “crescer com qualidade, segurança e de modo sustentável, de forma

a assegurar geração de emprego, de renda e distribuição mais equilibrada de ganhos, riquezas e oportunidades, é prioridade absoluta da agenda empresarial”. O documento, de acordo com o empresário, “é uma agenda comum, de interesse da sociedade brasileira, ansiosa por melhores condições de vida”.

Transformação

Na conversa, Gerdau frisou que os empresários confiam no PAC e apóiam o programa, mas entendem que sua concretização depende de dar mais ênfase e celeridade a medidas indispensáveis à modernização do Estado e transformação estrutural da economia, com destaque para as reformas fiscal e tributária e para a racionalização e redução dos gastos públicos com a Previdência.

Renan observou que, junto com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, foi convidado pelo presidente Lula para uma conversa destinada a tornar mais afinado o trabalho entre as duas Casas do Parlamento. E disse considerar importante que, nesse encontro, se chegue a um consenso para que as matérias legislativas tramitem no mesmo compasso na Câmara e no Senado.

Renan afirmou ainda que é preciso “recolher o que pensam empresários e trabalhadores para ver o que o Legislativo efetivamente pode fazer para criar um ambiente mais propício ao crescimento e à geração de emprego e renda”.

Criado em 1993, o movimento Ação Empresarial reúne seis confederações, sete federações e outras 42 entidades de classe.



**Renan (na poltrona da esq.) discute com dirigentes do movimento Ação Empresarial quais ações são prioritárias para fazer o país crescer**

## Necessidade de aprimorar sistema de votação

Renan Calheiros defendeu ontem o aprimoramento do sistema de votação proporcional, durante encontro mantido no gabinete da Presidência com uma delegação de políticos espanhóis integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha. O grupo – criado em 1998 para incentivar a cooperação parlamentar entre os dois países – é presidido no Brasil pelo senador César Borges (DEM-BA), que também participou da reunião.

– Precisamos buscar o aperfeiçoamento. O voto proporcional esfaca os partidos, traz a disputa para dentro dos partidos, cria dificuldades para a previsibilidade política e ajuda na pulverização

partidária – disse Renan ao vice-presidente do Senado espanhol, Juan José Lucas, que liderava a comitiva.

Na avaliação de César Borges, a visita serviu para estreitar as relações bilaterais. O senador lembrou que a Espanha é o terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil.

– Os dois países têm hoje uma interação muito grande. Há um sistema democrático pleno e total na Espanha. Nós também vivemos condição parecida. Lá eles trabalham com lista fechada e fidelidade ao partido e ao programa do partido. Vota-se na legenda, e não individualmente, como o nosso sistema proporcional – afirmou

César Borges.

Renan conversou com os espanhóis sobre o sistema tributário brasileiro que, para ele, “é antiquado e precisa ser simplificado”.

O grupo parlamentar realizou um debate sobre peculiaridades do sistema político dos dois países e ainda das relações bilaterais. A delegação de 14 deputados e senadores espanhóis se reuniu com a representação brasileira do grupo. O encontro teve a participação dos presidentes das comissões de Relações Exteriores do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), e da Câmara, Vieira da Cunha (PDT-RS), além de outros parlamentares.





Paim anuncia que vai requerer audiência conjunta sobre veto

## Paim pede a ministro que marque reunião para tratar da Emenda 3

Favorável à manutenção do veto à Emenda 3 ao projeto da Super-Receita, Paulo Paim (PT-RS) pediu ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que se reúna com os interessados para tentar acordo.

– Com a Emenda 3, estamos tirando poder dos auditores fiscais e passando toda

a responsabilidade à Justiça do Trabalho, que já sofre com o acúmulo de processos.

Paim disse que requererá hoje, junto com Ideli Salvatti (PT-SC), uma audiência conjunta sobre a Emenda 3 na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e na Subcomissão do Trabalho e Previdência.



Para Heráclito, integrantes do PT aproveitam popularidade de Lula

## Heráclito critica petistas que querem “colar-se” à imagem de Lula

Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou ontem integrantes do PT que estariam tentando “colar-se” à imagem do presidente agora que sua popularidade está em alta. Ele disse que os líderes governistas nunca estão no Plenário para defender o governo quando este passa por dificuldades,

como a crise no setor aéreo, mas não deixam de comparecer “para se vangloriar de números e dados para os quais não colaboraram”.

– Aliás, Lula só tem dado alegria ao PT e este só lhe tem respondido com escândalo, desmando e gulodice de cargo – observou o senador.

## Malta propõe exame toxicológico para motoristas

Quem for retirar ou renovar a carteira de habilitação poderá ser obrigado a fazer um exame toxicológico, se for aprovada proposta de Magno Malta (PR-ES) com esse objetivo: o PLS 182/07. A exigência também alcançaria os jovens de 16 anos, que, segundo outra proposta que ele pretende apresentar, passariam a ter condições de se habilitar.

A realização de exame antidrogas, conforme outro projeto a ser apresentado por Malta, também seria adotada no ingresso ou no desligamento de jovens do serviço militar ou das escolas militares. O senador comentou ainda outro projeto que pretende apresentar, que obriga presos beneficiados com indultos de Natal e Páscoa ou em liberdade condicional a usarem pulseiras de identificação.



Malta tem uma série de propostas para prevenir o uso de drogas

# Oposição começa a colher assinaturas para CPI do Apagão Aéreo no Senado

PSDB e DEM decidem apoiar uma investigação na Casa sobre as causas dos problemas que afetam os aeroportos há seis meses, enquanto aguardam decisão do STF sobre comissão da Câmara

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem que a legenda vai começar imediatamente a colher as assinaturas necessárias para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo no Senado. José Agripino (RN), líder do DEM, informou que os 17 senadores da legenda comprometeram-se a assinar o requerimento de criação da CPI.

Virgílio disse que o PSDB vai trabalhar para recolher algo em torno de 35 assinaturas de senadores (são necessárias 27 para solicitar a criação da CPI), e que o

partido também vai acompanhar os fatos referentes à possibilidade de instalação da comissão na Câmara, pendente de decisão do Supremo Tribunal Federal.

O líder do PSDB declarou que o partido vai esperar que a situação na Câmara se resolva para que seja escolhido um de três cenários possíveis: uma CPI na Câmara e outra no Senado, um colegiado apenas no Senado, ou uma comissão mista das duas Casas.

As investigações, caso aconteçam, devem identificar quem são os verdadeiros responsáveis pela crise que

se instalou nos aeroportos brasileiros, de acordo com Agripino, “e recomendar remédios”.

–A crise está sufocada, não está resolvida, e o que está sufocado pode explodir a qualquer hora. Considero importante a investigação ser realizada no Senado, onde há maior equilíbrio de forças entre governo e oposição, diferentemente do que acontece na Câmara, onde o governo tem ampla maioria – afirmou.

Para Virgílio, a CPI deverá investigar o apagão aéreo e suas causas, sejam elas técnicas, administrativas,

tecnológicas, ou ligadas a possíveis casos de corrupção na Infraero.

– Tudo aquilo que contribuiu para esse vexame no Brasil será investigado – garantiu.

Após saber da decisão do PSDB, Ideli Salvatti (SC), líder do PT, disse que se trata “da repetição de uma maneira de agir que a oposição já exerceu à exaustão e que as eleições e pesquisas já comprovaram que não tem apoio da população”.

– Mais prático e eficiente seria votarmos os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento – avaliou.



Demostenes: superintendente da autarquia está sob investigação

## Susep precisa ser moralizada, diz Demostenes

Demostenes Torres (DEM-GO) disse ontem que a Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia do Ministério da Fazenda, “precisa ser moralizada com a nomeação de liquidantes sérios para as empresas sob a sua alçada”, pois o atual superintendente, René Garcia Júnior, responde na Justiça por improbidade administrativa, conforme denúncia do Ministério Público Federal.

– A investigação de improbidade administrativa se deve a negócio mal explicado do superintendente da Susep com o empresário Arthur Falk, ex-controlador da empresa Interunion Capitalização, conhecida por seu nome de fantasia Papatudo – esclareceu o senador, ao lembrar que a Interunion foi liquidada em 1998 pela Susep.

## Ideli comemora índice de aprovação do governo

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), comparou os resultados da pesquisa CNT/Sensus – segundo os quais o índice de aprovação do governo Lula é de 83% e o de satisfação da população com o presidente é de 69% – e a forma como o governo é apresentado pela mídia,

que “insiste em afirmar que o governo é inoperante”.

A senadora citou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que aponta queda significativa da desigualdade social no Brasil – a menor nos últimos 30 anos. Ideli comparou esses dados a

uma matéria veiculada pela imprensa afirmando que o Brasil ocupa a décima posição no ranking de países com alta desigualdade.

– Somente no final a matéria apresentou, com pouca visibilidade, a evolução captada pelo estudo do Ipea – disse ela.



Para Ideli, há diferença entre “a opinião pública e a publicada”

## Garibaldi cobra ação emergencial contra seca que afeta o Nordeste

“A gravidade da seca que mais uma vez atinge estados nordestinos já deveria ter provocado uma articulação dos governos federal, estaduais e municipais para minimizar os efeitos do problema”, afirmou ontem Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

O senador disse que o

morador do semi-árido nordestino não acredita mais que sequer a safra para a subsistência resistirá à falta de chuvas. Garibaldi acrescentou que o sertanejo está prevendo que o gado e os animais do sertão não sobreviverão apenas com a rala pastagem que ainda não secou.



O sertanejo já não tem mais esperança, afirma Garibaldi

## Senado aprova voto de aplauso à juíza Sandra Aparecida Silvestre

O Senado Federal aprovou na terça-feira voto de aplauso para a juíza do Tribunal de Justiça de Rondônia Sandra Aparecida Silvestre, agredida em Díli, capital do Timor Leste, no sábado passado. A proposta é do senador Expedito Júnior (PR-RO), que ressaltou o gesto de bravura

da magistrada ao permanecer acompanhando o pleito presidencial no país, mesmo tendo sido vítima da agressão na véspera.

O senador sugeriu ao governador Ivo Cassol que conceda à juíza Sandra Silveira a medalha Marechal Rondon, no mais alto grau.



Expedito Júnior ressaltou gesto da magistrada no Timor Leste





OSMAR DIAS

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu proposta de sua autoria (PEC 50/05) que reforça verbas do Fundo de Participação dos Municípios com 10% da arrecadação de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico e projeto de Aloizio Mercadante (PT-SP) que prevê uso de verbas do Fust para informatizar escolas públicas (PLS 103/07).



JOSÉ NERY

Defendendo a urgência de uma reforma tributária, o senador José Nery (PSOL-PA) destacou cinco pontos da pauta de reivindicações dos prefeitos: pagamento de precatórios, financiamento da saúde, transporte escolar, critérios justos na implementação do Fundeb e o aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios.



LÚCIA VÂNIA

Lúcia Vânia (PSDB-GO) protestou contra afirmação do presidente Lula, durante encontro com prefeitos, que teria dito que mandaria “a base aliada votar o 1% do FPM [Fundo de Participação dos Municípios]”. Para a senadora, o presidente ofendeu “a independência do Congresso Nacional”. – Julgo o episódio da maior gravidade – disse.

Em debate no II Fórum Nacional de Vereadores, o 1º secretário do Senado faz um apelo aos jovens e às mulheres para que se candidatem nas eleições de 2008

## Efraim fala a vereadores e critica o excesso de medidas provisórias

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), afirmou que as medidas provisórias (MPs) estão “acabando com o Poder Legislativo”. A declaração foi feita ontem, em debate sobre “O papel dos legislativos municipais”, durante o II Fórum Nacional de Vereadores – evento paralelo à 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Efraim advertiu que o excesso de medidas provisórias é um problema que está afetando fortemente também os municípios. No Congresso, explicou, a “enchente” de MPs tem prioridade na votação, o que tranca as pautas de deliberações, fazendo com que o Congresso “não vote nada”.

– Não podemos reclamar: a culpa é nossa. Quem criou as medidas provisórias foi a Constituinte. A culpa não é do presidente, mas podemos mudar essa prática e só aprovar MPs que realmente tenham urgência e relevância – disse, ao destacar que não deseja fazer crítica direta ao atual governo, uma vez que na gestão anterior, como lembrou, ocorria a mesma coisa.

O senador também alertou os

vereadores para o fato de que a renovação eleitoral será cada vez maior se os políticos tradicionais “não mostrarem a que vieram”. Ao mesmo tempo, fez apelo aos jovens e às mulheres para que se candidatem nas eleições de 2008 a fim de ingressarem diretamente da vida política do país.

– As mulheres estão avançando no Legislativo e no Executivo. Têm de participar não só acompanhando os maridos, mas sendo candidatas, até porque muitas vezes têm mais credibilidade junto à opinião pública – disse.

O 1º secretário sugeriu ainda que os vereadores criem uma associação que os represente, facilitando, assim, o diálogo com as instâncias federais de poder.

### Interlegis

Efraim destacou que ele e o presidente do Senado, Renan Calheiros, têm como compromisso levar os benefícios do programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo a todas as câmaras de vereadores do Brasil. Diretor nacional do programa, Efraim assinalou que o Interlegis – uma parceria entre o Senado Federal e o Banco Interamericano

de Desenvolvimento (BID) destinada a informatizar o Legislativo nacionalmente – entrará, a partir de junho, em sua segunda fase, e que a meta é alcançar todos os municípios do Brasil.

– Visitem o Interlegis. É importante a participação [de vereadores e prefeitos]. Queremos modernizar e preparar o Legislativo para o futuro e não acredito em democracia sem um Legislativo forte – frisou o senador.

O Interlegis, salientou Efraim, une no plano virtual os legislativos da União, dos estados e dos municípios, “com resultados bem reais”

O Brasil tem 5.564 municípios e, até o último dia 9, de acordo com o parlamentar, 4.310 câmaras de vereadores tinham aderido ao Interlegis. O número de equipamentos instalados (computadores e impressoras) é de 3.506. No programa, já foram treinados 31.117 vereadores, em 13 cursos diferentes. O portal do Interlegis na internet alcançou, no segundo semestre de 2006, 790.843 acessos, com uma média diária de 4.394, destacou o 1º secretário do Senado.



Na residência oficial, Renan recebe prefeitos alagoanos para um café da manhã

## Renan recebe prefeitos alagoanos e reafirma compromisso com pleitos

Numa tradição repetida sempre que se realiza a Marcha dos Prefeitos a Brasília, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem, na residência oficial, os prefeitos alagoanos que se encontram na capital federal em busca de atendimento a seus pleitos. Participaram também do encontro os senadores Fernando Collor (PTB-AL) e João Tenório (PSDB-AL).

– Toda vez que os prefeitos realizam essa marcha, o Senado, como Casa da Federação, faz questão de recebê-los. Eu comparei ao lançamento da marcha, defendi parte das propostas que eles apresentaram e já conseguimos alguns avanços, como o

aumento no percentual do Fundo de Participação dos Municípios – declarou Renan.

O presidente do Senado reafirmou seu compromisso com os pleitos dos municípios alagoanos, ressaltando contudo que essa luta não é fácil como se pretende. Ele disse que, muitas vezes, as reivindicações não andam porque falta o projeto adequado ou porque a proposta é contaminada por interesses burocráticos.

Para Jarbas Omena Filho, presidente da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), o encontro reforçou a certeza de que Renan continuará ajudando os municípios do estado a obter recursos para seu desenvolvimento.



EFRAIM MORAIS

O senador Efraim Morais (DEM-PB) criticou os parlamentares que, segundo ele, se dizem municipalistas, mas que votam contra o interesse das prefeituras. Ele exemplificou mencionando a rejeição, pela Câmara, de destaque para votação da medida provisória que propunha o ressarcimento, aos municípios, dos gastos com transporte escolar.



RAIMUNDO COLOMBO

A mobilização dos prefeitos é importante para forçar o debate sobre os municípios, ponto de partida para as transformações na vida da população, disse Raimundo Colombo (DEM-SC). – Quanto mais os prefeitos perdem poder, pior é a vida da comunidade – advertiu, ao sustentar que os recursos públicos não podem estar concentrados em Brasília.



JOSÉ MARANHÃO

A Marcha dos Prefeitos a Brasília é um movimento “vitorioso”, na opinião do senador José Maranhão (PMDB-PB), que destacou as conquistas obtidas nos dez anos de realização da mobilização. No entanto, ele advertiu para a atual situação dos municípios. – Com muitos deveres e poucos direitos, é insustentável – afirmou.



## Roriz: protecionismo gera prejuízos ao agronegócio do Brasil

Joaquim Roriz (PMDB-DF) criticou ontem o governo federal por não dar tratamento prioritário ao agronegócio. De acordo com o parlamentar, o Brasil é hoje o maior exportador de suco de laranja, café e soja em grãos por esforço dos produtores rurais, não do governo.

– Quando o agronegócio não cresce, a economia, como um todo, também não cresce, ou cresce muito pouco – advertiu Roriz, que ainda reclamou das taxas de juros.

Conforme o senador, as vantagens que o agronegócio oferece para países como o Brasil vêm sendo prejudicadas pelas políticas protecionistas dos Estados Unidos e da Europa. Hoje, essa ampla cadeia produtiva é responsável por cerca de 30% do produto interno bruto (PIB), mais de 40% das exportações e 37% dos empregos, mas enfrenta concorrência desleal de agricultores e pecuaristas estrangeiros que recebem subsídios, já que não têm a mesma produtividade dos brasileiros.

Apesar desse protecionismo, entre 2001 e 2006 a exportação brasileira de carne bovina teve sua receita elevada de R\$ 1 bilhão para R\$ 4 bilhões por ano. Enquanto o brasileiro paga 35% de imposto para comprar um carro Mercedes, a carne brasileira é taxada em até 176% para entrar na Comunidade Européia, que é o maior mercado importador do Brasil, segundo Roriz.

– Tem algo de errado em nossa política, que não combate com êxito tais distorções. Teremos que enfrentar não apenas esses governos [protecionistas], mas também suas populações, pois 60% dos europeus rejeitam o corte de subsídios agrícolas – disse, ao recomendar a abertura de novos mercados (China, Egito e Rússia, por exemplo) como um caminho para a redução do nível de dependência dos mercados norte-americano e europeu.

Enquanto Sibá Machado alerta para prejuízo a agricultor familiar, Marisa Serrano afirma que projeto reduz tensão no campo, por proteger proprietário e arrendatário



Colegiado presidido por Joaquim Roriz acolhe pedidos de audiências públicas sobre Censo Agropecuário e Estatuto do Produtor Rural

## Dono de terra arrendada poderá receber parte do Seguro-Safra

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto que inclui o parceiro outorgante – o proprietário da terra –, em atividade agropecuária, como beneficiário do Seguro-Safra. A proposta altera a Lei 10.420/02, que criou o Fundo Garantia-Safra e instituiu o seguro para agricultores familiares do Nordeste, do semi-árido de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo.

O projeto (PLS 266/03), do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), recebeu voto em separado,

pela rejeição, do senador Sibá Machado (PT-AC). Para o parlamentar, a aplicação do disposto no projeto resultará em menos recursos para o agricultor familiar.

Mas prevaleceu o entendimento da relatora, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), de que, no caso de uma quebra de safra, o arrendador da terra também deve ser recompensado com uma percentagem do seguro. Para a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), o projeto diminuirá a tensão no campo, já que protege o dono da terra e o

arrendatário. Ambos são pequenos, tanto o proprietário quanto o agricultor familiar, observou. No final da discussão, o parecer da relatora foi aprovado e encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para ser votado em decisão terminativa.

A CRA aprovou ainda requerimentos de audiências públicas sobre o Censo Agropecuário e a Contagem da População Rural em 2007 e para instruir o projeto de lei que cria o Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/06).

## Em debate, as perspectivas de mercado para o etanol

A Subcomissão dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), aprovou ontem requerimento para uma audiência pública destinada a discutir as perspectivas de mercado para o setor de biocombustíveis, como o etanol. Ainda sem data para ocorrer, a audiência deverá ter a participação do diretor de Abastecimento da Petro-

bras, Paulo Roberto Costa, e do coordenador de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, entre outros.

Outro requerimento aprovado prevê audiência pública da subcomissão em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores (CRE), para debater acordos e negociações já em andamento

com governos e empresas estrangeiros relacionados à produção de etanol e de outras formas de bioenergia.

### Trabalhadores

Também foi aprovado pela subcomissão requerimento de audiência pública a fim de que sejam analisadas questões relativas à produção do biocombustível sob a ótica social e trabalhista.

## Sibá Machado comemora bons números do Pronaf

J.Freitas

Para comemorar o sucesso da principal política governamental destinada a diminuir as desigualdades no campo, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o senador Sibá Machado (PT-AC) leu matéria publicada na edição de ontem do jornal Valor Econômico, intitulada “A silenciosa revolução movida a crédito”. O texto do jornalista Paulo Totti conta como o programa, iniciado ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, cresceu e hoje já está presente em 5.357 dos 5.561 municípios brasileiros.

Segundo o repórter, o governo federal disponibilizou R\$ 10 bilhões em crédito barato e de fácil acesso para a safra 2006/07. Os beneficiários principais são os pequenos agricultores que, com suas famílias, sobrevivem explorando um pedaço de terra de até quatro módulos fiscais, área cujo tamanho varia de acordo com a região do país. Ainda segundo dados da matéria do Valor Econômico citada por Sibá, o governo estaria prestes a atingir metade do objetivo de proporcionar ocupação e renda para 16 milhões de pessoas, ou 4,1 milhões de famílias.

– Os tomadores de empréstimo do Pronaf que quitam suas dívidas em dia, além de pagarem juro de zero por cento, ainda recebem um desconto sobre o principal. Uma inadimplência de 3% é um patamar aceitável para qualquer banco do país. Na Zona da Mata mineira, essa inadimplência é zero – ressaltou Sibá.



Rocswell/Instituto

Sibá resalta índice de inadimplência baixo dos tomadores de empréstimo



Dornelles critica prazos “absurdos” para tramitação do licenciamento ambiental

## Burocracia ambiental trava o crescimento econômico, diz Dornelles

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse ontem que os entraves burocráticos na área do meio ambiente se opõem ao crescimento econômico, especialmente no caso de licenciamento ambiental para obras de infra-estrutura. Ele destacou o trabalho que vem sendo feito pela Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de

Base (Abdib) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente.

– Todo e qualquer tipo de desenvolvimento deve ser sustentável. Ocorre, porém, que são tantos os atores envolvidos na tramitação do licenciamento ambiental, que muitas vezes o processo acaba se arrastando por prazos inaceitáveis, com

evidentes prejuízos para o país – frisou.

O senador lembrou que, em abril de 2004, a Abdib instituiu um Comitê de Meio Ambiente, com participação de representantes das mais diversas empresas que atuam no setor de infra-estrutura. Segundo Dornelles, o comitê constatou que o licenciamento

ambiental para novos empreendimentos demorava, em média, 20 meses e, em alguns casos, a demora chegou a cinco anos.

Em aparte, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressaltou ter esperança de que o Ministério do Meio Ambiente cumpra os procedimentos acordados com a Abdib.





Roosevelt/Prêmio

Mão Santa diz que serviços de saúde e educação pioraram nos últimos anos

## Mão Santa cobra mais recursos para segurança pública

Ao comentar pesquisa CNT/Sensus em que 90,9% dos entrevistados consideram que a violência aumentou no país nos últimos anos, Mão Santa (PMDB-PI) apelou ao governo para que invista mais em segurança pública.

Mão Santa afirmou ainda que os serviços públicos de saúde e educação pioraram no país. Ele desafiou o ministro José Gomes Temporão a mostrar um cidadão que tenha operado de próstata, tireóide ou duodeno pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que, disse, paga aos médicos e hospitais R\$ 2,50 por consulta, R\$ 9 por anestesia e R\$ 20 por cirurgia.



Roosevelt/Prêmio

João Pedro afirma que lideranças sociais na Amazônia estão sofrendo ameaças

## João Pedro pede a ministro proteção para religiosos

João Pedro (PT-AM) apresentou moção de apoio e voto de solidariedade a religiosos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), freiras e lideranças sociais que atuam em defesa da Amazônia, diante das ameaças de morte que vêm sofrendo. O senador apelou ao ministro da Justiça, Tarso Genro, para que tome as providências visando proteger os religiosos.

– Falo do cotidiano da Amazônia, de fatos que comprometem a democracia e a história do povo brasileiro: ameaças a lideranças da Amazônia que trabalham em defesa de movimentos sociais.

Proposta aprovada retira dos delegados o poder de arbitrar valor da fiança, que passaria a ser atribuição exclusiva dos juízes

# Liberdade provisória só com o pagamento de fiança, decide CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, mais um projeto de lei que faz parte do pacote antiviolação. É a proposta de autoria do senador Demostenes Torres (DEM-GO) determinando que o preso somente poderá obter liberdade provisória mediante o pagamento de fiança, fixada pelo juiz.

A proposição (PLS 139/07) mantém a regra atual, que impede o direito ao pagamento de fiança quando se tratar de prisão preventiva ou crimes considerados hediondos.

– Na prática, o projeto acaba com a liberdade provisória sem o pagamento de fiança, regra já adotada na maioria dos países – observou Demostenes Torres. Para o senador, a proposta não apenas procura restabelecer a força do instituto da fiança, como também serve para transformá-la “em um instrumento a mais para o Estado minorar os custos criminais”.

A iniciativa, que será analisada agora pela Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação no Plenário do Senado, abre duas exceções que isentam do pagamento de fiança: se o preso provar ser pobre (desde que não se beneficie economicamente com o produto ou proveito do delito) ou se o ato criminoso for praticado em legítima defesa, no estrito cumprimento do dever ou no exercício regular

de direito.

Emenda de Aloizio Mercadante (PT-SP), acolhida pelo relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), retira o poder de o delegado arbitrar o valor da fiança, cabendo exclusivamente ao juiz essa decisão, inclusive quando se tratar de contravenção. Demostenes acredita que, com a proposta, “o Estado ganhará novo reforço para custear suas ações de segurança pública e de repressão penal”.



Câmara/Arquivo

Antonio Carlos (D), presidente da comissão, conversa com Demostenes, autor do projeto

## Comissão quer acelerar exame de projetos do pacote antiviolação

A reunião da Comissão de Justiça na próxima quarta-feira será destinada somente à votação de projetos que compõem o pacote antiviolação. Segundo o presidente do colegiado, senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), o encontro terá início às 10h e deverá estender-se até as 15h, a fim de que o colegiado tenha tempo suficiente para analisar todas as iniciativas em pauta.

A decisão foi tomada porque na reunião de ontem proposições que compõem o pacote antiviolação foram retiradas da pauta para

que os textos sejam aprimorados pelos relatores.

– Se ficarmos retirando os projetos da pauta, não vamos votar nada e, assim, não daremos à sociedade a resposta no prazo com o qual nos comprometemos, de 45 dias – disse Antonio Carlos.

No início da reunião, o senador anunciou que espera concluir a votação das propostas de combate à violência nos próximos 15 dias para encaminhá-las pessoalmente aos presidentes da República, do Senado e do Supremo Tribunal Federal (STF).



Ibs/Cruz

Objetivo da proposta de Roseana é reduzir o número de morte de crianças

## SUS deve financiar ações de nutrição para evitar doença

Proposta de emenda à Constituição (PEC) que se destina a permitir o financiamento de ações e serviços públicos de segurança alimentar e nutricional com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Justiça. A matéria depende agora da aprovação do Plenário do Senado, em dois turnos de votação, para ser enviada ao exame na Câmara.

A proposta (PEC 10/06), que tem como primeira signatária a senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), propõe mudança no texto da Emenda Constitucional 29, que fixa tanto as finalidades quanto os critérios de cálculo do montante mínimo de receitas que a União, estados e municípios devem aplicar obrigatoriamente em saúde.

Roseana cita estudo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) segundo o qual a fome e a desnutrição provocam milhões de mortes em todo o mundo, principalmente de crianças, sendo que muitos óbitos decorrem de doenças tratáveis, como diarreia, pneumonia, malária e sarampo. Essas mortes, destaca o estudo, poderiam ser evitadas caso os sistemas imunológicos das crianças não estivessem debilitados pela fome e desnutrição.



Roosevelt/Prêmio

Cidadão precisa ficar menos vulnerável à ação dos bandidos, argumenta Valadares

## Automóveis poderão usar películas mais escuras

O Código Brasileiro de Trânsito (CBT) poderá ser alterado para permitir a instalação de películas mais escuras nos vidros dos veículos automotores. A Comissão de Justiça aprovou parecer favorável do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto que introduz as modificações.

– Quanto menos visível estiver o cidadão no interior do veículo,

menos vulnerável à ação dos bandidos que atuam no trânsito das grandes cidades brasileiras – observa Valadares.

Pela proposta (PLC 5/07), a colocação de películas nas áreas envidraçadas dos veículos automotores será permitida “se a reflexibilidade da luz externa visível não for superior a 30% do total da luz recebida”, observados os

seguintes parâmetros: percentual de luz que atravessa o conjunto vidro-película não inferior a 70% no pára-brisa, 28% nos vidros laterais dianteiros e 15% nos demais vidros.

Em veículos especiais de socorro, segurança e outros definidos na lei, a película poderá ser mais escura. A matéria será submetida agora a votação em Plenário.



Proposta prevê testes para detecção precoce de hemoglobinopatias, fenilcetonúria, fibrose cística e hipotireoidismo

# Aprovado projeto que amplia diagnóstico obrigatório pelo SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) a projetos que dispõem sobre a obrigatoriedade de realização de exames para a detecção precoce de condições patológicas e ações de proteção à saúde de portadores de hemoglobinopatias, fenilcetonúria e hipotireoidismo. A matéria ainda será votada pelo Plenário.

O texto muda a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para exigir que a gestante portadora de anemia falciforme tenha acompanhamento especializado, inclusive na assistência ao parto. Também altera a lei para exigir que o recém-nascido faça exames visando ao diagnóstico e à terapêutica de hemoglobinopatias, fenilcetonúria, hipotireoidismo, fibrose cística e anormalidades da audição, da visão e do metabolismo, dando garantia de orientação aos pais.

O substitutivo obriga ainda a realização de exames de acuidade



Substitutivo de Papaléo reúne dois projetos da Câmara e três do Senado

visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio e estabelece que o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibilizará exames para o diagnóstico de anormalidades da audição e da visão e os respectivos tratamentos para as crianças com até cinco anos de idade.

A pena para o descumprimento da lei, caso entre em vigor, é a detenção de seis meses a dois anos. Se o crime for culposo, a pena será a detenção de dois a

seis meses ou multa.

Pela proposta, os gestores do SUS federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal promoverão programas de registro, controle e assistência integral às pessoas portadoras das doenças citadas no texto. A assistência, de acordo com o projeto, deverá garantir, entre outras medidas, cobertura vacinal contra gripe e pneumonia; fornecimento ininterrupto da medicação necessária aos tratamentos; estruturação de um sistema de informações e vigilância epidemiológica das doenças citadas; divulgação de material educativo; e capacitação de profissionais de saúde.

O substitutivo acolhido pela CAS reuniu dois projetos da Câmara – PLC 52/03 e 99/03, dos deputados Cláudio Cajado e Eduardo Jorge, respectivamente – e três propostas do Senado – PLS 237/03, 504/03 e 80/04, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Edison Lobão (DEM-MA).

## Regulamentação profissional será tema de audiência

Será realizada na próxima quarta-feira, às 11h, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), audiência pública sobre o tema “Regulamentação de profissão e criação de conselhos profissionais”, que deverá contar com a participação do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ou seu representante, José Eduardo Duarte Saad.

A autora do requerimento propondo a audiência pública – aprovado ontem em reunião da comissão – é a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Também serão convidados a participar do debate na próxima semana o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados; o ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST); e a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), secção Distrito Federal, Estefânia Ferreira de Souza Viveiros.

## Alimentos terão controle periódico de resíduos de agrotóxico e esteróide

Os alimentos comercializados no país estarão sujeitos a análises periódicas para controle de resíduos de agrotóxicos, esteróides e outras substâncias com atividade anabolizante. É o que prevê substitutivo do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) a projeto de Serys Slhessarenko (PT-MT) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

A matéria altera o Decreto-Lei 986/69, que institui normas básicas sobre a venda de alimentos, para determinar que os exames

visando ao monitoramento de padrões de qualidade sejam feitos periodicamente. Outra alteração amplia o controle de limites residuais tolerados de todos os tipos de agrotóxicos – e não apenas de pesticidas, como previsto no decreto –, além de incluir os anabolizantes.

Na justificativa do projeto, Serys alerta para os problemas decorrentes do uso abusivo de produtos destinados ao combate de pragas e doenças que atacam lavouras e criações, como herbicidas, fungicidas, antibióticos, raticidas e inseticidas. Ela observa ainda que “alguns produtores, almejando aumentar seus lucros, utilizam esteróides e outras substâncias anabolizantes, com a intenção de aumentar a massa muscular de bovinos”, ressaltando que tais produtos podem ser prejudiciais à saúde humana.

Com o projeto, a senadora quer ampliar as formas de controle já existentes sobre os alimentos vendidos aos brasileiros, de forma a evitar intoxicações e acúmulo de substâncias nocivas à saúde.



Serys quer assegurar padrão de qualidade nos alimentos vendidos aos brasileiros

## Acolhida norma para renúncia a aposentadoria

O projeto que disciplina a renúncia à aposentadoria concedida pela Previdência Social para possibilitar a obtenção, pelo seguro, de outro benefício do mesmo regime ou de regime diverso foi acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. O relator na comissão, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), apresentou parecer favorável à matéria (PLC 78/06).

Na justificativa da proposta, o então deputado Inaldo Leitão, autor do projeto, explica que a medida tem por objetivo corrigir interpretação distorcida de órgãos de assessoramento jurídico da Previdência Social, que, segundo ele, vêm dificultando o direito de renúncia de aposentadorias já concedidas por tempo de contribuição e especial.

O projeto segue para análise do Plenário.



Indicado pelo Executivo, Fausto dos Santos tem doutorado em saúde coletiva

## Comissão reconduz Fausto dos Santos à diretoria da ANS

A indicação de Fausto Pereira dos Santos para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) recebeu aprovação unânime dos senadores presentes à reunião realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. Wellington Salgado (PMDB-MG) apresentou parecer favorável à indicação, que agora será votada em Plenário.

Natural de Pontalina (GO), com 45 anos, Fausto é médico, mestre em Administração e doutor em Saúde Coletiva. Durante sua sabatina na comissão, ele disse que o setor da saúde suplementar no país atende a 44,7 milhões de beneficiários e defendeu maior acompanhamento dessa área, dada sua importância.



Sensibilidade da autora da minissérie Amazônia foi destacada por Tião Viana

## Tião Viana requer voto de aplauso para Glória Perez

O senador Tião Viana (PT-AC) propôs voto de aplauso a autora de telenovelas Glória Perez, por ocasião do término da minissérie Amazônia, de Galvez a Chico Mendes, na última sexta-feira. A produção da TV Globo foi exibida nos últimos três meses.

– Aliando ficção à pesquisa histórica, a autora levou aos lares brasileiros um pouco da formação histórica da Amazônia Ocidental, da pujança do ciclo da borracha e da saga dos seringueiros nordestinos – disse Tião Viana, para quem a minissérie enfocou episódios fundamentais à compreensão da história do Acre, e sobretudo da figura de Chico Mendes.

## Violência e guerra em programas de TV preocupam Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou em Plenário os meios de comunicação brasileiros pela veiculação de notícias ou novelas tratando predominantemente de violência, guerra e corrupção.

O senador mostrou-se preocupado com a possibilidade de uma exposição pública exagerada de tais temas levar “à realimentação da barbárie”.

Simon informou que apresentou requerimento à Comissão de Educação convidando o jornalista da Rede Globo Sílvio de Abreu a participar de audiência pública para debater o papel da televisão na vida dos cidadãos.



Simon quer participação do jornalista Sílvio de Abreu em audiência na CE